

Como os prefeitos vão fazer é ainda um enigma

ARNOLFO CARVALHO
Chefe de Reportagem

Enquanto o Governo Federal já adapta o Orçamento Geral da União à nova realidade tributária criada pela Constituinte, os estados e prefeituras ainda não fizeram praticamente nada para receber a receita adicional de impostos, muito menos para planejar a prestação de novos serviços à população, como assistência à saúde, obras de saneamento básico ou construção de moradias, que deixam de ser encargos da administração central.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, mostra-se preocupado com os prazos que as Assembleias Le-

gislativas terão para adaptar as constituições estaduais à nova Carta, já que desta adaptação depende uma série de leis e normas relativas às finanças estaduais e municipais. "Eles precisam se preparar legalmente inclusive para receber os novos recursos", afirma, lembrando que em nível federal serão necessários cerca de 180 projetos de lei para esta adaptação.

Sua preocupação estende-se também aos cerca de quatro mil municípios em todo o País, a maioria sem uma estrutura administrativa preparada para gerenciar seus próprios recursos, independentes dos repasses federais. "Os municípios terão que estar preparados, inclusive com mão-de-

obra qualificada, para gerir sua própria receita dentro de padrões técnicos". Seria como ter um escritório de planejamento orçamentário na prefeitura.

Como os prefeitos da grande maioria das cidades do interior conseguirão fazer isso, deixando de viver às custas de recursos a fundo perdido obtido politicamente em Brasília, ninguém sabe. Mas nos estados as secretarias de Planejamento ou da Fazenda já estão se movimentando para fazer as contas do que vão ganhar ou perder — falta, contudo, a adaptação do chamado arca-bouço legal, que será dado pelas futuras constituições estaduais.